



TERRITÓRIO HARMÔNICO PRA QUE(M)?: O discurso governamental em contraposição aos conflitos do campo na Chapada do Apodi/RN

HARMONIC TERRITORY FOR WHAT (WHOM)?: The governmental discourse in opposition to the conflicts in the countryside in Chapada do Apodi/RN

Francisco Alves da Costa Neto

Geógrafo Licenciado
Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil
franciscoalves258@gmail.com

Raiany Priscila Paiva Medeiros Nonato

Geógrafa Licenciada
Mestra em Ensino
Pós-graduanda pelo Curso de Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido ofertado
pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *Campus* Avançado
Natal - Zona Leste, Polo Mossoró, RN, Brasil
raianypriscila18p@gmail.com

Cícero Nilton Moreira da Silva

Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Quadro Permanente do Curso de Licenciatura em Geografia,
docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) e do Programa de Pós-graduação
em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte, Pau dos Ferros/RN, Brasil
ciceronilton@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho pretende fazer uma reflexão a respeito do conceito de território, bem como das intencionalidades presentes nas conceituações que ocultam o conflito em sua gênese. Fruto de um discurso territorial, a proposta de território harmônico se contrapõe às conflitualidades existentes no campo. Por essa lógica, esse estudo busca entender como as bases do discurso territorial aparentemente harmônico, se apresentam e se contrapõem, tomando como recorte o município de Apodi-RN. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, orienta-se por pesquisas bibliográficas, fundamentadas principalmente em autores como Haesbaert (1997; 2009), Raffestin (1993), Stédile (2000), Fabrini (2011), Fernandes (2008a; 2008b), Araújo (2000), Andrade (2005) e Pinto (2018). Como instrumento técnico para construção dos dados, utiliza-se da observação direta, de diálogos informais e de um diário de campo, onde descreve-se os principais pontos observados. Tendo como sujeitos que colaboraram para construção dos dados aqui evidenciados, Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Sindicato Rural de Apodi/RN. Identifica-se que a construção do discurso governamental

propicia a supremacia do latifúndio aos ditames do capital, enquanto sufoca e busca matar o campesinato em função de uma pretensa harmonia.

Palavras-chave: Discurso territorial. Território harmônico. Conflito. Trabalhadores(as) rurais. Capital.

Abstract

The present work intends to make a reflection about the concept of territory, as well as the intentionalities present in the concepts that hide the conflict in its genesis. As a result of a territorial discourse, the proposal for a harmonic territory is opposed to the conflictualities existing in the field. By this logic, this study seeks to understand how the bases of the apparently harmonious territorial discourse are presented and opposed in this context, taking the municipality of Apodi-RN as a cut. With regard to methodological procedures, we are guided by bibliographic research, based mainly on authors such as Haesbaert (1997;2009), Raffestin (1993), Stédile (2000), Fabrini (2011), Fernandes (2008a;2008b), Araújo (2000), Andrade (2005) and Pinto (2018). As a technical instrument for data construction, we use direct observation, informal dialogues and a field diary, where we describe the main points observed. Having as subjects that collaborated for the construction of the data shown here, Rural Workers of the Rural Union of Apodi/RN. Identify yourself that the construction of the governmental discourse provides the supremacy of the latifundium to the dictates of capital, while it suffocates and seeks to kill the peasantry due to an alleged harmony.

Keywords: Territorial discourse. Harmonic territory. Conflict. Rural workers. Capital.

Introdução

Falar de Território é uma tarefa primordial e, ao mesmo tempo, um desafio para todo geógrafo, tendo em vista justamente o fato de ser esse um dos conceitos-chave da ciência geográfica. Pensando nessa perspectiva, não podemos nos deixar cair em erratas conceituais e olvidar a dimensão basilar que envolve o território, que é o conflito, algo inerente à sua existência. Pensar o território sem conflito é não pensar em território. Para entendermos melhor este conceito, nos fundamentamos teoricamente pelo pensamento de Haesbaert (2009, p. 105), o qual aponta que:

O território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na ‘dimensão’, ou melhor, nas problemáticas de

caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Partindo desse pressuposto teórico, identificamos a gênese do conceito de território, que são as relações de poder existentes na sociedade. “O poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.7). Pensando então sob esta óptica, onde o território existe a partir das relações de poder, se torna inconcebível negligenciar a existência de conflito(s).

Ressaltamos, porém, que não se pode conceber o território apenas sob a égide do poder. Embora este seja o fator primordial, deve ser considerado também a partir de outros elementos que o compõem, como nos propõe Haesbaert (1997, p. 41):

[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Sendo assim, o território se forma pelas relações de poder nele existentes e pela relação de pertencimento que a ele se engloba, levando muitas vezes a resistência de seus atores, mediante à existência de um poder hegemônico, o que acaba gerando como consequência relações conflituosas entre poderes que concorrem entre si.

Tomando como base esse breve relato sobre o conceito de território, e entendendo as relações conflituosas que se estabelecem nesse recorte do espaço, buscamos analisar o conflito no campo e a questão agrária no Brasil, com a finalidade de problematizar o discurso de território como unidade harmônica frente à política de Estado, iniciada em meados da década de 2000, promovendo reflexões acerca dos interesses que estão envolvidos em tal propósito, de se conceber um território de “paz”, aplainado e sem conflito.

Tal concepção a respeito do território é um produto do poder do Estado, como mencionado por Fernandes (2008a, p. 4), ao dizer que: “A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de

desenvolvimento territorial”. Entendemos desse modo, que a ausência das forças de conflitos na conceituação dos territórios exprime a ideia de unidade harmônica em sua formação, o que de maneira direta, atende a uma intencionalidade de quem produz essa teorização.

A partir da perspectiva em torno do discurso territorial, bem como da dinâmica e dos conflitos que estão presentes no território, sobretudo, no que se refere aos conflitos decorrentes de projetos governamentais assentados no modelo de desenvolvimento capitalista, este estudo tem como objetivo estabelecer uma discussão reflexiva entre estes vieses, relativo de uma leitura sobre os conflitos socioambientais emergentes no território de Apodi/Rio Grande do Norte (RN), com base na visão de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Desse modo, este artigo está organizado em seis seções. A primeira, refere-se à Introdução, onde destacamos alguns dos principais aspectos em torno da discussão desenvolvida ao longo do manuscrito. A segunda, concerne à descrição da Metodologia utilizada para a construção da pesquisa. A terceira, Entendendo o território agrário brasileiro, desdobra-se sobre alguns aspectos em volta da questão agrária no Brasil.

A quarta, Território harmônico pra que(m)?, discute como as bases de um discurso territorial aparentemente harmônico, se apresentam nas conceituações de ordem militar e governamental, que tendem a ocultar as conflitualidades existentes por uma premissa de unidade subserviente ao grande capital.

A quinta, Histórias de vidas de um território em conflito, aborda alguns relatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Apodi/RN acerca da realidade vivenciada por eles no campo, a partir dos quais podemos observar a conflitualidade expressa na proposta de fruticultura irrigada, em contraposição à agricultura campesina e de base agroecológica. Na sexta e última seção, tecemos algumas considerações gerais sobre a pesquisa.

Metodologia

No que se refere à sua forma de abordagem, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para tanto, consistiu em uma fase de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Haesbaert (1997; 2009) e Raffestin (1993), com enfoque no conceito

de território em seus diversos aspectos; Stédile (2000), Fabrini (2011) e Fernandes (2008a; 2008b), para pensarmos a questão agrária brasileira; Araújo (2000) e Andrade (2005), para compreendermos como a conflitualidade atua na região do Nordeste brasileiro.

A segunda fase, de construção dos dados, ocorre por meio de uma aula de campo realizada no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Apodi/RN, em setembro de 2019. Na ocasião, tivemos a oportunidade de ouvir e conversar com estes sujeitos acerca dos conflitos vivenciados no território da chapada, após a chegada do agronegócio, modelo de desenvolvimento agrícola que se contrapõe à agricultura de base campestre, desenvolvida pelos(as) Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Nessa perspectiva, buscamos entender como as bases do discurso territorial aparentemente harmônico, se apresentam e se contrapõem nesse contexto, enfatizando o município de Apodi-RN.

Como instrumentos técnicos para construção de dados, utilizamos a observação direta, diálogos informais e um diário de campo, onde descrevemos os principais pontos observados ao longo da atividade de campo, que teve como principal pauta uma conversa com os(as) sujeitos supracitados. Nesse sentido, o diário de campo esteve organizado em três categorias, as quais identificam os conflitos desencadeados naquele território, sendo elas: Uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, impactos no modo de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e frentes de resistência ao agronegócio. Faz-se necessário ressaltarmos que, estas categorias foram criadas a partir das falas dos(as) Trabalhadores(as) Rurais.

Aproveitamos também como base para construção deste trabalho, o registro-síntese dos debates desenvolvidos nas disciplinas de Geografia Agrária e Geografia do Nordeste, cursadas durante nossa experiência enquanto discentes no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), entre os anos de 2014 e 2017.

Enfatizamos ainda nesse respectivo texto, a contribuição das atividades desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a partir do Projeto “Análise da aplicabilidade das políticas públicas do MDA no território do Alto Oeste Potiguar”, as quais corroboram diretamente com estes escritos. Além disso, ressaltamos os debates e discussões promovidos pelo Núcleo de Estudos de

Geografia Agrária e Regional (NuGAR/CAPF/UERN), tendo em vista a abordagem do temário sobre o conceito de território e seus desdobramentos sobre a realidade socioespacial.

Entendendo o território agrário brasileiro

Historicamente, o território agrário brasileiro tem sido marcado por uma estrutura fundiária desigual, assentada na concentração de terras relativas para uma pequena parcela da população. De certa forma, essa condição histórica de desigualdade tende a suscitar conflitos no território agrário.

Falar em conflito no campo não é uma tarefa fácil, vide a certa complexidade com que se fazem os seus sujeitos formadores. O território agrário é, em suma, bastante diferenciado pelos sujeitos que o compõem. Assim, podemos citar os grandes proprietários de terras, os agricultores familiares, os campesinos e os movimentos sociais de luta pela terra, dentre outros que o formam, cada qual a partir de seus interesses. Portanto, como pode um espaço tão diverso ser posto como uma unidade harmônica nas políticas territoriais recentes dos anos 2000? O que pensamos é que não dá para concebermos o território sob o viés da harmonia.

Percebemos esse discurso sobre o território agrário como um ambiente harmônico, a partir de mensagens propagadas pela mídia e pela sociedade brasileira, tal como por intermédio do *marketing* empresarial que escamoteia a realidade desigual e conflitiva no campo. Podemos observar esta realidade na propaganda do “*AgroPop*” ideologicamente construída, que repassa a impressão do agronegócio como agente unificador de todo o território agrário brasileiro, desconsiderando todos os conflitos existentes engendrados por ele.

Os conflitos existentes no campo são bastante antigos no Brasil, e boa parte deles, se não todos, derivam da concentração da estrutura fundiária, estabelecida no País de maneira crônica desde a colonização. E, estabelecendo no Latifúndio o fator mais perverso de toda a questão agrária nacional, sendo este capaz de expropriar e expulsar, afugentar e matar a quem se rebelar ou contestar seu poder hegemônico.

A realidade agrária brasileira reflete a perversidade de um modelo que não apenas sempre concentrou as terras no Brasil. Ainda mais grave é

que [...] verifica-se que há uma tendência permanente à crescente concentração da propriedade da terra no Brasil (STÉDILE, 2000, p. 195).

Percebemos diante dessa constatação posta por Stédile (2000), como o latifúndio se forma e se consolida através de uma estrutura perversa, que faz com que trabalhadores rurais sejam depostos de seus territórios para dar vazão à expansão latifundiária, que se segue, historicamente, de maneira abrupta.

“[...] Como está em curso um processo permanente de concentração da propriedade da terra, é evidente que há também uma diminuição relativa do peso dos pequenos proprietários” (STÉDILE, 2000, p. 196). Os camponeses, portanto, se encontram em uma intensa relação conflituosa com os grandes proprietários. Todavia, se encontram fragilizados nessa disputa, que na verdade se caracteriza de maneira bastante desleal, e pela sua inferioridade contra esse sistema, são obrigados a abrir mão da sua terra e dos seus vínculos afetivos com a terra frente à dominação do latifúndio.

Convém destacarmos que, ao nos referirmos ao termo camponês, nos baseamos na conceituação apresentada por Andrade (2000), que caracteriza os camponeses como trabalhadores rurais que “não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção” (ANDRADE, 2000, p. 6). Desse modo, entendemos que esses sujeitos atuam como força de resistência e conflito no território agrário.

Remetemo-nos novamente a Stédile (2000, p. 170) que alega “A propriedade de terra determina também as relações sociais entre as pessoas no meio rural”, onde quem tem menos, ou nada, muitas vezes se vê forçado à submissão a quem detém a concentração fundiária.

No Nordeste, nesse sentido, não diferentemente do contexto brasileiro, as questões conflituosas no/do território agrário se apresentam, principalmente, mediante ao problema de concentração fundiária. Sob esta perspectiva, vejamos a descrição de Araújo (2000, p. 14):

Nas áreas em que predominam a rigidez das velhas estruturas econômico-sociais e o domínio político das oligarquias tradicionais da região, há traços comuns importantes. [...] A questão fundiária é mais dramática e vem-se agravando. Na Zona da Mata, por exemplo, o processo de concentração fundiária tem aumentado nos anos recentes, e o monopólio da cana sobre as áreas cultiváveis se ampliou. No

semiárido das secas também resulta no agravamento da já elevada concentração das terras em mãos de pouquíssimos produtores.

Notamos então, um sistema fundiário excludente, no qual a concentração de terras à medida em que avança suas fronteiras, expropria o pequeno agricultor. Desta maneira, reafirmamos que este território não pode ser entendido como uma unidade harmônica, a não ser que esteja imbuído de um discurso eminentemente dominante.

Território harmônico pra que(m)?

De maneira geral, podemos dizer que as tensões e conflitos no campo recrudesceram de maneira marcante desde o processo colonizador até na contemporaneidade. Tal concepção é posta por Andrade (2000), que destaca diversos embates, tendo como zona o campo brasileiro, vide a Guerra dos Bárbaros e o Quilombo dos Palmares que já demonstravam a diversidade de agentes no espaço agrário.

No entanto, traçamos como premissa inicial, o Golpe Militar de 1964, que levou abaixo a proposta da reforma agrária, que visava redistribuir as terras do País, e colocou em seu lugar uma “reforma agrária”, encabeçada inicialmente pelo então Presidente Marechal Castelo Branco, no Estatuto da Terra promulgado no mesmo ano, que não atendeu, na prática, aos anseios dos movimentos sociais, agravando ainda mais a estrutura fundiária díspar do Brasil. Com base nisso, Fernandes (2008b, p. 1) destaca que:

No centro dessas conflitualidades há a disputa territorial que se manifesta no controle do processo de criação e destruição do campesinato. A questão agrária é então uma questão territorial e a reforma agrária é a face dessa dimensão. As conflitualidades expressam os embates dos processos estruturais e suas características conjunturais. Nas últimas quatro décadas, a questão agrária teve diferentes conjunturas.

Posterior ao Golpe Militar e diante de outra conjuntura que surgia com essa “reforma agrária”, notamos que o campo começa a sofrer um processo de quase extinção do campesinato, motivado por um avanço considerável da produção monocultora e do agronegócio, incentivados pelo processo de crescimento econômico

promovido pelos governos militares (o “milagre econômico” da década de 1970), redundando no processo de modernização agrícola conservadora. Oliveira (1989), destaca que todo esse processo, gerado nas décadas de 1960 e 1970, terá como efeito a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial na década de 1980, aumentando com isso as conflitualidades no campo e a luta por terra por manter conservado o poder do latifúndio, agora modernizado.

Diante do cenário explicitado, entendemos que teve início a criação de um ideário unificador a partir do viés do agronegócio, com o objetivo de ocultar as forças conflitantes existentes. Todavia, em contraposição, no final dos anos 1970, ganhando mais força na década de 1980, se especializam e se territorializam as ações dos movimentos sociais organizados do campo (OLIVEIRA, 1989). Os respectivos movimentos sociais se expandem e começam a exigir, agora, uma reforma agrária de fato e de direito. Esse conflito perdura até os dias de hoje. O que nos impõe pensar a estreita relação entre o território e os movimentos sociais nesse contexto.

[...] pois ambas as categorias estão relacionadas à transferência das decisões de cúpulas estatais, empresariais e partidárias para a base da sociedade civil organizada. Portanto, território e movimentos sociais estão à contramão de decisões centralizadas e tratam-se de uma ordenação social construída de baixo para cima (FABRINI, 2011, p. 98).

Entender, portanto, a participação que os movimentos sociais possuem na construção e configuração do território agrário e que sua luta se baseia em uma resistência frente às forças hegemônicas do capital, torna-se primordial para entendermos que algumas ações políticas do Estado brasileiro não correspondem aos anseios da classe camponesa familiar.

Para se ter uma ideia dessa circunstância histórica, o Ministério da Agricultura nos anos 1990 não valorizava as atividades agrícolas como um todo, privilegiando a agricultura de mercado (agronegócio), em detrimento da produção familiar camponesa.

Sob esta óptica, durante a década de 1990, presenciamos um dos eventos mais marcantes relacionados aos conflitos no campo, conhecido como o Massacre de

Eldorado dos Carajás¹, que serviu posteriormente para a fundação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, o qual se apresentou como um grande ganho, “[...] tanto para o desenvolvimento da agricultura de pequeno porte, como para o reconhecimento de lutas históricas e conflitos ocorridos no campo [...]” (COSTA NETO *et al.*, 2016, p. 3), sendo este a primeira forma de reconhecimento da agricultura de pequeno porte.

Aliado a esse ganho, tem-se uma deturpação em relação ao fator ideológico de território harmônico, evidenciado posteriormente na própria conceituação de Território posta pelo MDA, que em seus documentos oficiais colocam que os territórios

[...] resultam de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas, das instituições e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, propícias a valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes de construir ao longo da história (BRASIL, 2005 p. 3).

Tal conceituação ignora a dimensão do conflito em sua formulação, dando a impressão do território ser uma unidade harmônica. Fernandes (2008a), nos lembra que o enfoque dado em uma conceituação, expressa antes de tudo uma intencionalidade, e os pesquisadores formulam esses conceitos seguindo o propósito dos órgãos para o qual trabalham. No entanto, concebemos que tal formulação apresentada, contraria o próprio contexto sociopolítico no qual esse território foi concebido, não devendo assumir esta posição.

Desse modo, mediante ao exposto até aqui, indagamos: a quem e a quem interessa considerar o território como uma unidade harmônica? A resposta não é simples, e podemos considerá-la a partir do construto de toda a história de desigualdade e conflitos no campo brasileiro. O território harmônico, nesse sentido, só interessa aos grandes proprietários de terras e ao agronegócio que, por consequência, se constituem enquanto poder hegemônico, utilizando-se da prática e do discurso na forma de “apaziguar” e conter os conflitos no campo.

1 O **Massacre de Eldorado dos Carajás** foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará/Brasil, decorrente da ação da polícia do estado do Pará. Dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).

Como já foi dissertado anteriormente, essa premissa escamoteia a realidade social, na qual evidencia-se a falaciosa ideia de que todos se encontram inseridos de maneira igualitária no processo de produção no campo – o que de fato não acontece e tem como função: construir uma visão aplainada e estéreo, que nega o conflito e a luta pela terra; ou mesmo mascara a realidade de pobreza e miséria dos pequenos agricultores familiares e/ou camponeses. Em nome de uma pseudo manutenção da “paz e da ordem” agrária: o território harmônico.

Histórias de vidas de um território em conflito

Tomando como base as discussões e reflexões tecidas, conseguimos entender como o território se dinamiza e como emerge o conflito. Contudo, procurando firmar o nosso trabalho em questões mais sólidas, buscamos estabelecer um diálogo com alguns relatos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, registrados através de observação direta e diálogos informais apurados em uma aula de campo realizada na região da Chapada do Apodi (RN), onde a conflitualidade se expressa na proposta da fruticultura irrigada (principalmente a cultura do melão), se contrapondo à agricultura camponesa, de base agroecológica² da região.

A chapada do Apodi compreende os estados do RN e do Ceará. Todavia, nossa pesquisa aborda a parte da chapada do Apodi, situada no RN, mais precisamente em Apodi. Esse município possui uma população de 34.763 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e três habitantes), de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos quais 17.813 (dezessete mil, oitocentos e treze) habitantes residem na zona rural, segundo dados do MDA (2015). Quando percebemos que quase metade da população de Apodi/RN reside no campo, associamos esta realidade ao processo histórico de luta pela reforma agrária, encabeçado pelos(as) agricultores(as) familiares/camponeses da região nos anos 1990.

Em termos gerais, o território da Chapada do Apodi apresenta uma estrutura pedológica caracterizada pela presença de Argissolos, Cambissolos e Latossolos, que associados às condições de luminosidades e geomorfológicas, apresentam uma alta

2 [...] pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que, para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 04)

fertilidade daquele local (MOTA *et al.* 2007). O município dispõe de importantes reservas de água subterrânea, em virtude dos seus atributos geológicos de base sedimentar, fator esse que tem atraído o interesse do agronegócio.

Diante desse fato, para entendermos a conflitualidade do território da Chapada do Apodi, devemos compreender primeiro, o processo geo-histórico de formação dessa região, o qual concebemos que é fruto de uma ação de contraposição ao poder hegemônico.

Há algumas décadas a Chapada do Apodi/RN era ocupada por grandes latifúndios, todavia, no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, surgiu um processo de organização popular das/os trabalhadoras/es rurais do município de Apodi, em decorrência de ações realizadas pelas igrejas, principalmente, a igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), originando, assim, a criação de Associações Comunitárias nas comunidades rurais, as quais reivindicavam por água e trabalho na época das secas (PONTES, 2012 *apud* PINTO, 2018, p. 52)

Todo esse processo ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 possibilitou, através da luta conjunta dos(as) trabalhadores(as), a criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi na década de 1990, coincidindo nesse mesmo período com a crise do algodão, afetando principalmente os grandes proprietários de terras, gerando a *posteriori*, a expansão do número de assentamentos rurais, implantados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e das políticas de crédito rural (PINTO, 2018).

Dentro desse contexto, encontramos o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, popularmente conhecido pelas comunidades tradicionais da região como “Projeto da Morte”. Este projeto remete ao período da Ditadura Militar na década de 1970, como uma ação a ser desenvolvida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (PINTO, 2018).

Ainda de acordo com Pinto (2018), diante da proposta de implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi, tem início uma organização popular no município, encabeçado pelos agricultores familiares/camponeses, um movimento de resistência ao respectivo projeto de irrigação.

O projeto só foi de fato desengavetado na mesma leva do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, porém, a proposta não conseguiu passar pelo debate e resistência das comunidades tradicionais. Entre os anos de 2014 e 2015 têm início as obras para a instalação do perímetro irrigado, no entanto, no final de 2015 são interrompidas em virtude do contingenciamento de gasto da União (PINTO, 2018).

Por mais que o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi não tenha se efetivado totalmente, o conflito se manteve presente no território através da organização popular, por meio da qual os(as) trabalhadores(as) realizaram ocupações na área do perímetro, reivindicando as terras que haviam sido desapropriadas para construção do plano de irrigação. Ao mesmo tempo, as empresas de fruticultura se instalaram no município, mudando a dinâmica e o modo de vida da população, causando mudanças na estrutura fundiária local.

Isto posto, nos deteremos a partir de agora a algumas reflexões proporcionadas mediante a aula de campo realizada no município de Apodi, no mês de setembro de 2019. Na oportunidade, pudemos conhecer o STTR do município supracitado e dialogar diretamente com trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os dados foram construídos e sistematizados mediante os instrumentos de observação direta, diálogos informais e diário de campo.

Através dos relatos e falas evidenciadas pelos(as) trabalhadores(as), os dados foram organizados de acordo com três categorias, as quais identificam conflitos no território de Apodi/RN, sendo elas: Uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, impactos no modo de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e frentes de resistência ao agronegócio

Nessa circunstância, conhecemos um pouco da realidade vivenciada pelos(as) trabalhadores(as) e como esses operários do campo têm se organizado no município. Neste seguimento, uma das pautas levantadas pelos (as) trabalhadores (as) rurais, que na oportunidade de se manifestarem, conversaram conosco a respeito ao uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos pelas empresas de fruticultura irrigada na região da chapada do Apodi.

Essa problemática tem motivado a saída de pequenos agricultores que residiam na chapada, pelo fato de não conseguirem a adaptação ao novo modelo de agricultura instalado na região, o qual faz uso desenfreado de agrotóxicos, culminando no

envenenamento do solo, do ar e da água. Por essas razões, observamos a lógica perversa de uma estrutura fundiária que expropria o pequeno agricultor familiar/camponês para dar vazão à expansão do agronegócio.

Àquele que não consegue se adaptar à nova lógica de produção acaba vendendo suas terras e, muitas vezes, passa à condição de trabalhador subordinado ao agronegócio, que escraviza pessoas e envenena o meio ambiente com foco em uma produção voltada para a exportação e geração de *commodities*. Os que resistem, enfrentam constantes embates com o capital, por defenderem e mostrarem que é possível produzir de forma agroecológica.

Outra preocupação expressa nas falas dos(as) trabalhadores(as), também ligada ao uso desenfreado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, se refere ao envenenamento das águas superficiais e subterrâneas, sobretudo do Aquífero Jandaíra – importante reserva de água subterrânea da região da chapada do Apodi/RN. Os(as) trabalhadores(as) temem que, nos próximos anos, a água esteja imprópria para o consumo humano, o que comprometerá o desenvolvimento de gerações futuras.

Vale destacar mais um ponto inquietante para essa classe do campo, que é a mudança no modo de vida e produção dos agricultores em razão da instalação das empresas de fruticultura irrigada, no município. Tal fenômeno é ocasionado com a entrada do modo de produção capitalista no campo, em que Oliveira (1987) ressalta o processo de diferenciação interna, que faz com que o camponês se torne uma vítima do capital, e conseqüentemente sujeito as suas crises inerentes, bem como da queda de preço dos produtos agrícolas em tempos de fartura de produção.

De certa forma, outra questão discutida diz respeito ao papel das trabalhadoras rurais como resistência ao agronegócio. Um grupo de mulheres da Agrovila Palmares em Apodi desenvolve um projeto de cultivo de milho crioulo com vistas à implementação de um campo de multiplicação de sementes para atender ao Programa de Aquisição de Sementes (PAA). Esse programa foi criado a partir do Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (BRASIL, 2003).

O PAA é um instrumento que viabiliza que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)³ compre sementes crioulas, corroborando com a produção de

3 Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Governo Federal

alimentos saudáveis e contribuindo com a geração de renda para os pequenos agricultores. Projetos como este fortalecem a agricultura familiar/camponesa e reafirmam a possibilidade de produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e transgênicos.

Observamos que o conflito socioambiental desencadeado na região da Chapada do Apodi/RN compreende tanto o viés do conflito entre dois modelos de produção: a agricultura familiar/camponesa e o agronegócio; quanto da luta pelo direito à terra e à água potável. Por outro lado, o movimento de resistência e a organização popular tem conseguido mostrar que é possível produzir de maneira agroecológica, com respeito ao meio ambiente e uma produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Considerações finais

Diante do exposto acerca da conceituação do território, partindo de uma perspectiva crítica ao discurso harmonioso que negligencia o conflito, conseguimos entender que essa ideologia só serve, de fato, para propagar o poder hegemônico do latifúndio e do agronegócio no campo. Uma maneira de simular realidades inexistentes e fazer com que pensemos que os agricultores familiares/camponeses não sofrem exploração, nem são massacrados por este modelo. Até porque é mais fácil criticar as ocupações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por exemplo, do que o modelo ideológico dominante adotado pelo Agronegócio.

Ao contrário do que aconteceu na década de 1970 na região da chapada do Apodi/RN, marcada de um lado pelos latifúndios e do outro da luta pelo direito à terra; atualmente o conflito age sob o modo de expropriação dos(as) trabalhadores(as) e também sob a óptica do envenenamento do meio ambiente, fragilizando a continuidade do modelo de vida camponês, face ao combate de maneira desleal pelo apoio da estrutura Estatal ao modelo agroindustrial.

O papel das mulheres na agricultura de base agroecológica atua como um importante ponto de resistência ao modelo agroindustrial. Esta ação na visão dos(as) trabalhadores(as) do Sindicato Rural de Apodi é também empregada de uma consciência crítica e de empoderamento das mulheres, dando também visibilidade para possibilidade de desenvolvimento de práticas agrícolas com base na preservação ambiental e geração de

renda. Ações estas que geram conflitos por se contrapor ao modelo do agronegócio, posto como unificador pelo poder hegemônico que atua na região, fundamentado pelo eufemismo do território harmônico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?. *In*: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências**. Recife: UFPE, 2000. p. 1-38.

BRASIL. **Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. 4. ed. Brasília: SDT/MDA, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDA, 2006.

COSTA NETO, Francisco Alves da *et al.* Qual o rumo das políticas de desenvolvimento agrário após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)?: uma abordagem do seu efeito no território agrário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL NO SEMIÁRIDO. 2016, Pau dos Ferros/RN. **Anais do 1º Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional no Semiárido: I ENAPUR-Semiárido**, Natal: CCHLA, 2016, p. 815-820.

FABRINI, João Edimilson. Território, Classe e Movimentos Sociais No Campo. **Revista da Anpege**. Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/6542/3531>. Acesso em: 23 abr. 2019. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0707.0007>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. 2008a. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as Reformas Agrárias Do Brasil. **Boletim Dataluta**. São Paulo, v. 5, n. 3, p.1-10, dez. 2008b. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 23 abr. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades/Apodi/panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>. Acesso em: 28 set. 2020.

INTERNACIONAL, Anistia. **Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo**. 20 anos de impunidade e violência no campo. 216. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>. Acesso em: 12 out. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Perfil Territorial Sertão do Apodi**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_032_Sert%C3%83%C2%A3o%20do%20Apodi%20-%20RN Acesso em: 28 set. 2020

MOTA, Jaedson Cláudio Anunciato *et al.* Atributos mineralógicos de três solos explorados com a cultura do melão na Chapada do Apodi - RN. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa/Brasil, v. 31, n. 3, p.445-454, jun.2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180214055004>. Acesso em: 28 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0100-06832007000300004>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e Agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios).

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. **O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Biociências. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA. Natal, 111 p., 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. **Sertão Do Apodi – RN**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília: 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_032_Sert%C3%83%C2%A3o%20do%20Apodi%20-%20RN.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

STÉDILE, João Pedro. O Latifúndio. *In*: SADER, Emir (Org.). **7 Pecados do Capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 163-213.